

Reformas. Professor da **Unicamp** questiona cálculo do rombo da Previdência e propõe novo modelo

Empréstimos cobrem déficit previdenciário, diz Meirelles

MOISÉS SILVA

Especialista diz que não há evidência que reformas podem gerar empregos

■ LUDMILA PIZARRO

Para cobrir o déficit da Previdência, o Tesouro Nacional está tomando dinheiro emprestado, segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele defendeu a reforma da Previdência para solucionar a situação durante uma entrevista ontem no programa "Agora Brasil", da EBC. "O tempo médio de aposentadoria do Brasil é um dos mais baixos do mundo, com 59 anos. É uma situação em que é bom todos se aposentarem mais cedo, mas não tomando dinheiro emprestado e com risco de que no futuro nem todos possam receber a aposentadoria", avaliou.

O cálculo do déficit, porém, foi questionado pelo professor de economia da Unicamp Márcio Pochmann, que presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2007 a 2012. "O modelo que projeta o déficit previdenciário é contestado. Seria importante chamar estudiosos como economistas e demógrafos para rever a modelagem", avaliou Pochmann, que esteve na capital mineira ontem para um evento sobre o impacto das reformas trabalhista e previdenciária no mundo do trabalho, realizado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese).

O professor afirmou que o rombo previdenciário cresceu em função da recessão, principalmente a partir de 2014. "A Previdência não tinha um déficit tão grande até 2014, que cresceu com a recessão, porque a Previdência não teve como arrecadar", disse. "A reforma retorna a um modelo previdenciário que vigorou até 1987, antes da Constituição, que considerava apenas as contribuições de trabalhadores e empregadores, sem considerar os tributos que integram o modelo atual de seguridade social", disse.

TRABALHISTA. Para o professor, mudar a legislação trabalhista não garante a criação de empregos. "O que gera empregos é o aumento da demanda. A tendência do mundo, que vemos nos Estados Unidos, com o governo (Donald) Trump, é de valorização do mercado interno, já que o comércio no exterior está em declínio desde a crise de 2008. Estamos indo em direção contrária", afirmou.

O diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Peter Porsche, citou durante o evento uma pesquisa com mais de 60 países que fizeram reformas trabalhistas nos últimos 20 anos. "Não há evidência que a reforma trabalhista gere emprego", disse. "O debate tem que ser amplo para não acontecer a reforma da reforma quando aparecerem os problemas. Isso vai contra a expectativa de estabilidade que empresas e investidores precisam", concluiu.

Expectativa

Guerra. Sobre as diferenças regionais de expectativa de vida, Meirelles disse que "se cada região tivesse uma idade (para aposentar), entraríamos numa guerra nacional. Nenhum país adota isso".



Meirelles defende reformas para equilibrar as contas do governo

Opinião

Mudança no BPC pode gerar pobreza

As mudanças propostas pelas reformas da Previdência no Benefício de Prestação Continuada (BPC) do governo federal, que aumenta a idade e o tempo de contribuição dos beneficiários, foram criticadas ontem pela secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese), Rosilene Rocha. "O benefício não deveria ter sido incluído na reforma porque ele não é previdenciário e, sim, assistencial. E as mudanças podem aumentar o empobrecimento da população idosa no Estado", afirmou.

Segundo a secretária, o BPC é a fonte de renda principal de 79% dos beneficiários atuais e a única fonte para 50% deles. O benefício garante um salário mínimo a idosos, com mais de 65 anos, e pessoas com deficiência que não tenham condições de trabalhar. A reforma da Previdência propõe que a idade para ter o benefício por idosos passe para 68 anos. (LP)

JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL



Visão. Peter Porsche analisa a reforma trabalhista sob olhares de Rosilene Rocha, da Sedese

Necessário

"O país precisa avançar e as reformas não atingem as conquistas sociais dos trabalhadores como salário mínimo, 13º e férias. (As reformas) vão ajudar na criação de emprego e, se não forem feitas agora, teremos um quadro muito pior daqui a cinco ou dez anos"

João Carlos Amorim
SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO - MG

Crise mundial

"É uma visão reducionista falar que o mercado de trabalho é o motor do crescimento econômico e que a mudança legislativa vai resolvê-lo. A economia global não superou a crise de 2009 e as taxas de crescimento estão muito aquém do esperado. Vai levar uma década para o mundo superar a crise."

Peter Porsche
DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

Previdência

Governo poderá aumentar impostos sem a reforma

SÃO PAULO. Não será um desastre para o país se a reforma da Previdência não for aprovada pelo Congresso, disse ontem o presidente Michel Temer. Ele acenou, contudo, com a possibilidade de aumento de impostos para ajustar as contas do país caso o projeto fracasse. "Não é bom para o Brasil (se reforma da Previdência não passar). Agora, não é um desastre definitivo, porque nós teremos outros meios", afirmou Temer durante entrevista à TV Bandeirantes.

A fala diverge do discurso do governo em torno do projeto, que coloca as mudanças

nas regras para aposentadoria como ponto central do ajuste fiscal. Apesar da relativização do impacto do fracasso do projeto, Temer voltou a afirmar que sem a reforma, programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida seriam afetados.

Outro efeito negativo de uma eventual reprovação do texto seria o aumento da carga tributária, disse o presidente. "Se (a reforma) não passar, você vai me perguntar: Será preciso criar impostos? Eu não sei, mas de repente se faz necessário", afirmou Temer.

Aumenta número de indecisos

BRÁSILIA. Após a conclusão da votação do texto da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, mais do que dobrou o número de deputados que optaram por não divulgar posicionamento sobre o texto na votação. Segundo o Placar da Previdência, do grupo "Estado", 202 parla-

mentares preferiram não abrir o voto. Desses, 57 afirmaram ainda estarem indecisos sobre a atual proposta. No último levantamento, 99 políticos não se posicionaram. Entre os opositores da proposta, o número caiu de 276 para 225; entre os favoráveis, de 100 para 83.